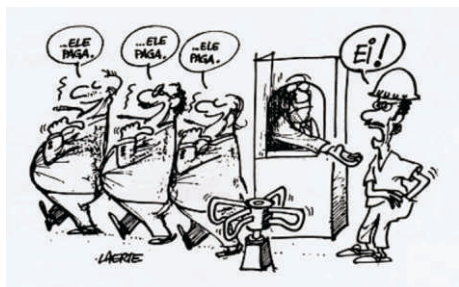


MOMENTO DECISIVO

Reitoria, como sempre, não apresenta proposta

Vem pra ASSEMBLEIA GERAL, hoje, às 10h, na Praça da Paz



"Não será possível, no momento, atender o reajuste de 2,2% no auxílio alimentação", essa é a resposta da reitoria para a nossa terceira contraproposta de aumentar o vale.

Ontem (11) a chefe de gabinete adjunta da reitoria, prof^a. Shirlei Maria Recco Pimental, encaminhou ofício ao STU negando o reajuste e reafirmando a proposta de que "serão realizadas reuniões periódicas a partir de agosto, imediatamente após a divulgação da arrecadação mensal do ICMS, para reavaliar a Pauta Específica".

Nem foi preciso escrever no documento, mas está na cara que a reitoria continua utilizando a desculpa da "crise financeira" para empurrar com a barriga uma solução para o nosso arrocho salarial.

Fizemos nossa parte, propondo várias formas de negociar nossas perdas salariais, mas o reitor Knobel continua intransigente. Além de passar toda a Campanha Salarial sem sentar à mesa de negociação, não fez uma contraproposta financeira razoável para os itens da nossa pauta.

Punição de Greve

Sobre nossa proposta para o F3, a reitoria se compromete a "estudar, após o término da greve, a possibilidade de converter a penalidade aplicada aos funcionários grevistas de F3 (falta justificada com desconto salarial) para F2 (falta integral abonada).

Tradicionalmente, as faltas e descontos são negociados e retirados com o fim da greve, como gesto de respeito ao nosso direito de greve.

Assembleia Geral

Todos estão convocados para a Assembleia Geral hoje, às 10h, na Praça da Paz. Vamos analisar a resposta da reitoria e decidir sobre os rumos do nosso movimento.

É importante a sua participação neste momento decisivo da nossa luta.

Reforma da Previdência é aprovada com votos comprados

Nesta quarta-feira (11) a maioria da Câmara dos Deputados aprovou um duro golpe contra os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Após uma longa batalha parlamentar, em que a oposição utilizou todo os recursos regimentais para evitar a votação, a Câmara dos Deputados aprovou por 379 a 131 votos o texto base que altera as regras da Previdência Social.

O texto aprovado exige idades mínimas para se requerer a aposentadoria de 65 anos para homens e 62, para mulheres. Também altera o cálculo do valor da aposentadoria a ser recebida: o piso do benefício será de 60% da média de todas as contribuições feitas pelo trabalhador. Para se aposentar com o valor integral, será preciso ter acumulado 40 anos de contribuições.

Apesar de algumas alterações, o texto aprovado é muito ruim porque praticamente inviabiliza a aposentadoria dos trabalhadores.

Ontem o plenário começou a discutir os destaques ao texto base, ou seja, alterações nas regras da aposentadoria. O projeto vai à votação em segundo turno e depois segue para o Senado Federal.

Esquema Ilegal

Eleito sob o discurso de praticar a "nova política", Bolsonaro, mais do que depressa, fez uso da "velha política" protagonizando um "toma lá, dá cá" jamais visto nesse país cujo Legislativo é acostumado a esses procedimentos.

Segundo informações do portal Rede Brasil Atual, os recursos oferecidos aos deputados foram ampliados nas últimas

24 horas chegando perto de R\$ 3 bilhões. Essa compra de votos baseada no empenho de verba sem autorização legislativa é ilegal. Além de acabar com a previdência, o governo vai pagar essa farra com a retirada de verba de programas de Saúde e Assistência Social.

Resistência

Com o aprofundamento do desemprego e a precarização do trabalho, ampliar o tempo de contribuição não significa combater privilégios, mas aumentar a desigualdade.

Precisamos intensificar nossa mobilização pressionando os senadores e senadoras a dizer não a essa proposta cruel para a classe trabalhadora.

(Com informações da Rede Brasil Atual e Carta Capital)

XP Política - 1ª Votação da Previdência					
	Bancada	Sim	Não	Ausentes	% sim
PT	54	0	54		0%
PSL	53	52	0	1	98%
PP	39	36	3		92%
PL	39	37	1	1	95%
PSD	36	34	2		94%
MDB	34	34	0		100%
PSB	32	11	21		34%
PRB	31	29	2		94%
DEM	30	30	0		100%
PSDB	29	28	1		97%
PDT	27	8	19		30%
Solidaried	14	13	1		93%
PTB	12	12	0		100%
PROS	10	7	3		70%
FSOL	10	0	10		0%
Podemos	11	10	0	1	91%
PCdoB	8	0	8		0%
PSC	8	7	1		88%
CIDADANIA	8	8	0		100%
NOVO	8	8	0		100%
Avante	7	6	1		86%
Patriota	5	5	0		100%
PV	4	2	2		50%
REDE	1	0	1		0%
PMN	1	0	1		0%
PHS	1	1	0		100%
S.Part.	1	1	0		100%
Total	513	379	131	3	74%